

Aprovada na 782ª Sessão

ALADI/CR/Ata 779
17 de outubro de 2001
Hora: 10h 15m às 12h 30m

ATA DA 779ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 778ª Sessão.
4. Convocação e Agenda da Décima Segunda Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores (ALADI/CR/PR 187).
5. Criação do Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos (ALADI/CR/PR/188).
6. Apresentação do Estudo “Impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros da ALADI com os Estados Unidos e o Canadá”.
7. Designação do Coordenador do Grupo de Trabalho de Seguimento do Programa de Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo.
8. Criação do Grupo de Trabalho sobre o Acordo Cultural (AR.CEYC/7) (ALADI/CR/PR 189) (Adiado).
9. Assuntos diversos.

- Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento ao Comitê de Representantes (ALADI/CR/dt 175 e ALADI/CR/PA 93).
- Reunião do Tribunal Administrativo (23-24.X.2001).
- Viagem do Senhor Secretário-Geral à cidade de Washington para participar do Seminário "O Brasil e a Integração da América do Sul".
- Publicação de 4 cadernos: Normas de Origem, Procedimentos Alfandegários, Cláusulas de Salvaguarda e Práticas Desleais do Comércio.

Preside:

ELBIO ROSSELLI

Assistem: Carlos Onis Vigil, Jorge Alberto Ruiz, Ruben Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Willy Vargas Vacaflor e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Afonso Sena Cardoso, Heraldo de Macedo Ribeiro, Otávio Brandelli e Michel Arslanian Neto (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda e Flavio Tarsetti Quezada (Chile), Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Fidel Ortega Pérez (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), Fernando Sandoval Flores e Arturo Juárez Juárez (México), José María Casal, María Teresa Narvaja e Luis Alfonso Copari (Paraguai), Carlos Higuera Ramos, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Elbio Rosselli, Ana Teresa Ayala e Laura Dupuy (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith e Magdalena Simone (Venezuela), Guillermo Estrada Strecker (Guatemala), Vasile Macovei (Romênia), Igor Romachencko (Rússia) e Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretário-Geral Adjunto: Leonardo F. Mejía.

PRESIDENTE. Está aberta a 779ª sessão.

1. Aprovação da Ordem do Dia

As Representações têm perante si o projeto de ordem do dia, distribuído oportunamente pela Secretaria, e que consta de nove pontos.

A Presidência vai propor uma pequena modificação na ordem destes assuntos. Vamos propor que o ponto 7, Criação do Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos, seja tratado imediatamente depois do ponto 4, para responder a um pedido de um dos Representantes Permanentes.

Existe alguma observação ao projeto de ordem do dia e à ordem sugerida pela Presidência? Tem a palavra a Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Em Assuntos Diversos eu gostaria de poder apresentar o relatório da Comissão de Orçamento.

PRESIDENTE. Certo, relatório da Comissão de Orçamento, em Assuntos Diversos. Mais alguma observação ou consideração? Então está aprovada a ordem do dia.

2. Assuntos em Pauta

Começando com o segundo ponto, Assuntos em Pauta, tem a palavra o Senhor Secretário-Geral para que nos informe a respeito. Secretário-Geral, por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Os assuntos em pauta aparecem no documento que sempre é anexado à pasta de todas as Representações Permanentes e que faz parte desta ata.

1. Representação Permanente do Paraguai. Nota RP/ALADI/4/110/01.

Comunica a designação da Senhora Conselheira María Teresa Narvaja para prestar serviços nessa Missão Diplomática.

2. Embaixada da Espanha. Nota de 4.X.2001.

Comunica que o Ministro Conselheiro Daniel Chamorro García foi designado Observador Permanente Alternado do Reino da Espanha.

3. Representação Permanente da Argentina. Nota N° CR 113/01, de 2.X.2001.

Comunica que foi internalizado o Décimo Quarto Protocolo Adicional ao ACE 36 (MCS-BO).

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1320.

4. Representação Permanente da Bolívia. Nota SG/N° 63/01, de 1°.X.2001.

Remete, em anexo, Decreto Supremo N° 26.287, de 22.VIII.2001, por meio do qual põe em vigor o Acordo de Complementação N° 47, subscrito entre a Bolívia e Cuba.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1316.

5. Delegação Permanente do Brasil. Nota N° 330, de 3.X.2001.

Remete, em anexo, a Medida Provisória N° 2.200-2, de 24.VIII.2001, referente à criação de infra-estrutura de chaves públicas brasileiras – ICP-Brasil e outras medidas relacionadas com a certificação eletrônica.

A nota será publicada como documento ALADI/CR/di 1321.

6. Representação Permanente do Paraguai. Nota RP/ALADI/4/109/01.

Anexa cópia do Decreto N° 14.750 de 26.IX.2001, por meio do qual entra em vigor o Décimo Terceiro Protocolo Adicional do Acordo de Alcance Parcial N° 21, subscrito entre o Paraguai e a Venezuela.

A nota será publicada como documento ALADI/CR/di

7. Representação Permanente do México. Nota N° 032/01, de 30.I.2001

Comunica a entrada em vigor do Décimo Quarto e do Décimo Sexto Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica N° 5, subscrito pelo México e pelo Uruguai.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1311.

8. Representação Permanente do Uruguai. Nota N° 691/01 de 1°.X.2001

Comunica a entrada em vigor do Décimo Quinto Protocolo Modificativo do Acordo de Complementação Econômica N° 5, subscrito pelo México e pelo Uruguai.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1315.

9. Contribuições recebidas para o Orçamento da Associação

Equador: Ordem de Pagamento de 27.IX.2001, por US\$ 58.816,95, correspondentes ao pagamento do saldo da contribuição do ano 1997.

Queremos destacar, em primeiro lugar, a nota da Representação Permanente do Paraguai, por meio da qual comunica a designação da Senhora Conselheira María Teresa Narvaja como Assessora dessa Representação Permanente. Em nome da Secretaria-Geral damos as boas-vindas à Senhora Narvaja, desejando-lhe muito sucesso em suas novas funções dentro da Representação.

Também informamos que a Embaixada da Espanha comunicou que o Ministro Conselheiro Daniel Chamorro Garcia foi designado Representante Alternativo desse país Observador perante a Associação.

Finalmente, uma notícia muito boa: a Representação Permanente do Equador entregou uma contribuição para o orçamento da Associação de US\$ 58.816,95, correspondente ao pagamento do saldo de sua contribuição para o ano 1996, e outra parte que foi incluída como contribuição para o ano 1997. Agradecemos à Representação do Equador e, através dela, ao Governo de seu país, a contribuição feita à Associação, cumprindo assim com suas obrigações orçamentárias.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

3. Consideração da ata correspondente à 778ª sessão.

O ponto a seguir é a consideração da ata correspondente à sessão número 778. Alguma Representação quer fazer algum comentário a respeito? Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Obrigado, Presidente. Temos algumas observações de forma, que entregaremos à Secretaria.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Representação do México entregará à Secretaria algumas observações de forma à ata. Tem a palavra a Representação da Bolívia, o Embaixador Vargas.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Senhor Presidente, já apresentamos algumas correções à Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Se não houver mais comentários, aprova-se a ata, com as observações de forma que as Representações da Bolívia e do México entregaram à Secretaria.

4. Convocação e Agenda da Décima Segunda Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores (ALADI/CR/PR 187).

O quarto ponto da ordem do dia é a Convocação e Agenda da Décima Segunda Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores. A respeito disto foi entregue às Representações um projeto de resolução, que integra a nomenclatura como ALADI/CR/PR 187, de 10 de outubro.

A Representação da Bolívia pede a palavra, Embaixador Vargas.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Senhor Presidente, tenho instruções do meu Governo para apoiar a totalidade do projeto de resolução contido no documento 187, no que se refere, tanto à data para a Décima Segunda Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, nos dias 21 e 22 de fevereiro, quanto ao texto da agenda proposta. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Vargas. A Representação do Peru, Embaixador Higuera.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Presidente. Da mesma forma que o Senhor Representante da Bolívia, tenho instruções para apoiar este projeto de resolução como está; se alguém propuser mudanças, com certeza as estudaremos. Além do mais, quero anunciar que nosso Chanceler, o Doutor Diego García-Sayan, comparecerá à reunião ministerial. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. O México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Obrigado, Presidente. Nós também estamos em condições de aprovar hoje este projeto de resolução.

Apenas temos duas sugestões. A respeito do ponto 6, embora ele faça referência à descrição do estudo encomendado ao Comitê de Representantes, a descrição está incompleta. Gostaríamos de ver a descrição completa do estudo, tal como aparece no item a) da Resolução 54 (XI) e, também, no ponto 8 gostaríamos de um texto diferente, nossa proposta seria indicar “aprovação dos documentos finais”, pois este Comitê ainda não resolveu se vamos aprovar uma declaração nem se vamos aprovar uma ou várias resoluções para o Conselho de Ministros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México. O Brasil tem a palavra, Embaixador Denot.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Presidente. Minha Delegação também está em condições de apoiar a convocação do Conselho com esta agenda e eu concordo totalmente com as duas propostas que a Representação do México acabou de fazer. Eu tinha visto que o ponto 8 também trata a respeito da subscrição de uma declaração, eu ia perguntar onde estava sendo negociada essa declaração. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Argentina tem a palavra, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Nós concordamos com este projeto de resolução, com a Convocação do Conselho de Ministros para 21 e 22 de fevereiro e com as propostas de modificação do México e apoiadas pelo Brasil. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. O Paraguai tem a palavra, Embaixador Casal.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Assim como as outras Representações, apoiamos o projeto de resolução e as propostas de modificação feitas pela Representação do México, apoiada pelas Representações da Argentina e do Brasil. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Chile, Embaixador Casanueva.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado. Nós também apoiamos esta decisão e gostaríamos de fazer algumas sugestões de texto.

No segundo ponto da parte resolutiva, onde diz “propor ao Conselho de Ministros das Relações Exteriores a agenda a seguir”; acho que seria redundante dizer provisória, pois já é uma proposta; o Conselho resolverá aprová-la ou não.

Quanto à ordem da agenda proposta, eu gostaria de sugerir que o relatório do Presidente do Comitê de Representantes, que aparece no ponto 4, estivesse no ponto 5, e fosse trocado pelo do Secretário-Geral, porque acho que seria importante que o relatório do Presidente fosse: “Relatório do Presidente do Comitê de Representantes e Apresentação do estudo encomendado pelo Conselho de Ministros, segundo a letra a) etc.”, isto é, que seja o Presidente quem apresente o estudo em nome do Comitê, pois é ele quem foi designado para isto e só então viria o ponto 6, que seria a análise desse estudo, após a apresentação.

Estas são minhas sugestões, e concordo com a observação do México a respeito do ponto 8. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Casanueva.

A respeito de sua primeira sugestão, o Secretário-Geral me informa que o Regulamento estabelece, em seu Artigo 13, que na primeira sessão o Conselho aprovará sua agenda, levando em conta a “agenda provisória” proposta pelo Comitê. De acordo com isto, é necessário manter o nome agenda provisória.

Quanto às outras duas propostas do Senhor Embaixador, o Presidente, em sua função, não faz nenhum comentário, serão as Representações que terão de analisá-las.

Tem a palavra a Representação da Venezuela, Embaixador Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado, Presidente.

Lamentavelmente, a Representação da Venezuela não pode acompanhar hoje a aprovação desta agenda por razões fundamentais de logística. Nossa Ministra e toda sua equipe estão viajando há vários dias e foi impossível coordenar com sua agenda para determinar e poder aceitar esta resolução. Portanto, eu gostaria de pedir que isto seja posposto até a próxima reunião do Comitê.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Tem a palavra o Embaixador Higuera, do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Acho que, se fosse possível, o que poderíamos fazer é aprovar hoje o projeto de agenda, com a consideração de que deverá ser confirmado pela Venezuela, porque eu gostaria de mandar esta agenda assim que a Secretaria distribuir o novo texto com as modificações, mesmo que seja *a priori*, mas acontece que não sei quando será a próxima sessão do Comitê de Representantes; acho que é em novembro e não podemos seguir adiando isto.

Talvez a Venezuela poderia nos anunciar verbalmente, qualquer hora, sua aprovação do texto, para que possamos proceder. Esta é apenas uma idéia, não uma posição. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Higuera. A Representação da Venezuela, Embaixador Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado. Não temos nenhuma observação que impeça à Venezuela aprovar a agenda. Nosso único problema é assumir o compromisso da data.

PRESIDENTE. Muito bem. A Representação da Venezuela fez um pedido e é necessário atendê-lo.

De qualquer forma, foram sugeridas umas quantas modificações à agenda: duas pela Representação do México, que tiveram a aprovação de várias das Representações na sala, e uma pela Representação do Chile, referente à inversão na ordem dos relatórios do Secretário-Geral com o do Presidente do Comitê, para que o Presidente do Comitê também apresente o estudo.

Agora não falo em nome da mesa, mas como Representante do Uruguai; eu sugiro manter a ordem tal como foi estabelecida. A primeira autoridade é a Presidência do Comitê de Representantes, e é quem deve apresentar o primeiro relatório, o Secretário-Geral apresenta o seu depois, e não há nada que impeça ao Presidente de voltar a falar para apresentar o estudo. Eu acho que a idéia do Embaixador Casanueva, de que o Presidente apresente o estudo, é correta, mas sugiro que o relatório do Presidente do Comitê de Representantes seja feito de acordo com a ordem antes estabelecida.

Por alguns assentimentos parece que a sugestão do Embaixador Casanueva referente à apresentação do estudo por parte do Presidente é aceita, e vamos manter a ordem de apresentação. Será feita pelo Embaixador Arcaya, felizmente.

Ainda resta definir o assunto da convocação da Décima Segunda Reunião. Posso fazer uma proposta operacional, Embaixador Arcaya? Vamos aprovar a agenda, para talvez não ter que esperar até uma nova reunião do Comitê. Caso a Representação da Venezuela confirmasse sua aprovação da data nos próximos dias, poderemos, então, aprovar a resolução. É possível que exista algum aspecto formal que não estou vendo, mas estava tentando supor que o Embaixador Arcaya poderia ter comunicação com sua capital para resolver este assunto, antes da próxima reunião do Comitê.

O Embaixador Arcaya tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Sim, também não há problema no que se refere aos aspectos formais, pois estamos nos reunindo como Chefes de Representação e qualquer hora podemos transformar a reunião de Chefes em um Comitê de Representantes e aprovar a resolução. Por isto, nós não temos nenhuma objeção.

PRESIDENTE. Perfeito. Está aprovada a agenda e ainda deverá ser aprovada a convocação no formato que o Embaixador Arcaya acabou de sugerir.

Tem a palavra o Peru, Embaixador Higuera.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Uma pergunta, Presidente; a Secretaria poderia nos dizer quantos Chanceleres ou Ministros já confirmaram em geral sua presença em Montevidéu para 21 e 22 de fevereiro?

PRESIDENTE. Eu, como Mesa, não disponho de outra informação além da que respeita ao Chanceler Operti, que com prazer viajará à cidade de Montevidéu.

O Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Presidente, levando em conta que estamos aprovando um projeto de resolução, é intenção de meu Governo que seu Chanceler esteja presente nesta reunião; esperamos que não haja nenhuma causa que impeça sua presença.

PRESIDENTE. Então, podemos passar ao próximo ponto da ordem do dia.

5. Criação do Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos (ALADI/CR/PR/188).

A Presidência tinha sugerido que o ponto a seguir fosse a criação do Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos. A Secretaria fez circular o documento ALADI/CR/PR/188, com data 10 de outubro, com um projeto de resolução que leva em conta justamente a Resolução 262 do Comitê de Representantes e estabelece os objetivos e os âmbitos de ação.

A Representação do Equador pede a palavra, Embaixador Faidutti.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Sim, Senhor Presidente. Cumprindo com o mandato da última sessão do Comitê de Representantes, levantamos as inquietações dos diversos Representantes e redigimos este documento procurando expressar todas as propostas recebidas. Quero destacar que foi feito de acordo com o princípio jurídico da economia em

matéria jurídica, isto é, de tentar ter a maior precisão possível, sem aumentar nenhuma articulação que sirva apenas como recheio de um projeto de resolução.

O que é mais interessante, que eu quero esclarecer bem, é que este grupo de trabalho unicamente vai agir, como foi determinado nas regulamentações e normas correspondentes, quando o Comitê de Representantes requerer que algum assunto específico seja tratado. Então eu acho que com esta nova redação foram satisfeitas todas as aspirações dos Senhores Representantes, que obrigaram a uma nova revisão deste documento. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Faidutti. Pediram a palavra as Representações do Peru e do México, nesta ordem. Por favor, Peru, Embaixador Higuera.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Senhor Presidente. Apoiamos plenamente o projeto como foi apresentado. Agora sim satisfaz a toda minha Representação. Acreditamos que está bem completo e que todas nossas preocupações foram levadas em conta, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Higuera. A Representação do México tem a palavra, Ministro Sandoval.

Representação do MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Obrigado, Presidente. O documento apresentado pelo Embaixador Faidutti é um documento claro, preciso, conciso.

Nós temos uma sugestão, pensamos que deveria ser incluído um terceiro ponto, fazendo referência a quem preside o grupo de trabalho, à pessoa na qual cai a presidência deste grupo de trabalho, e temos uma dúvida a respeito do parágrafo segundo, onde diz na última linha, precisem de uma consideração preliminar. A dúvida é a respeito da palavra preliminar, não entendemos por que faz essa referência.

Então, uma dúvida e a sugestão de incluir um terceiro ponto que faça referência à presidência do grupo de trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México. Tem a palavra a Bolívia, Embaixador Vargas.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacafior). Presidente, na verdade tenho uma dúvida e peço-lhe uma esclarecimento. Lamentavelmente não tenho atualizada a compilação com a Resolução 262 e não a podemos consultar.

Acho que é importante destacar o caráter permanente deste grupo de trabalho que terá também um coordenador, designado anualmente, mas não vai se reunir regularmente, isto é, como os outros grupos de trabalho; por isso acho que deveria se dizer "com caráter permanente", e que é um grupo auxiliar do Comitê de Representantes. E esse Grupo de Trabalho para Assuntos Jurídicos funciona nos assuntos encomendados pelo Comitê de Representantes. Acho que essa situação deveria ser estabelecida com clareza, porque é visível que tem características bem próprias, peculiares. Este Grupo de Assuntos Jurídicos não pode ter o tratamento regular e normal dos outros grupos, que se reúnem habitualmente, com caráter mais administrativo.

Este é um grupo específico, de especialidade e que logicamente o Comitê já se manifestou muito bem ao confiá-lo ao nosso colega, o Embaixador do Equador. É por isso que vou fazer uma proposta, que vou entregar, se for o caso e se o considerarem adequado, com um artigo único: “cria-se com caráter permanente um Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos, como órgão auxiliar do Comitê de Representantes, com o objetivo de fazer o estudo e a análise prévios dos assuntos que considere permanente o Comitê ou que lhe seja encomendado pelo Comitê de Representantes.

Eu acho que isso poderia caracterizá-lo melhor, pois é um grupo realmente *sui generis*; pelo menos é assim que eu entendo, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Vargas. A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Era para apoiar a criação deste grupo, embora ache que teremos de rever a redação.

Há duas propostas: uma de modificação, do México, que propõe incluir um terceiro parágrafo com o nome do presidente; por enquanto temos trabalhado, por um lado, na criação do grupo e por outro, na designação das autoridades. Acho que a criação do grupo é permanente; porém, as coordenações podem rotar anualmente; então, é melhor criar o grupo e designar a pessoa em atas, e todo ano são revistas as autoridades.

Segundo, gostaria de ter um relatório sobre a proposta da Bolívia, para não repetir o que diz a Resolução 262, porque se o artigo terceiro diz: “reger-se-á pelas disposições contidas na Resolução 262”, toda a idéia de seu caráter permanente, de ser órgão auxiliar e outras observações feitas pelo Embaixador da Bolívia já estão contidas na Resolução 262; quero dizer, não façamos uma resolução muito extensa. Eu acho que esta é clara, precisa, para não aumentar os textos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Onis. Tenho na ordem as Representações do Peru e do Chile. Por favor, Embaixador Higuera.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Senhor Presidente. Sempre disse que o perfeito é inimigo do bom.

Acho que é uma boa resolução, que considera os pontos de vista. Agora, no que se refere a seu caráter permanente, não concordo com nosso distinto Representante da Bolívia, porque não é necessário dizê-lo; eu acho que todos os grupos são permanentes, enquanto não se expresse o contrário, se eles vão responder aos pedidos do Comitê de Representantes. É um grupo permanente *per se*, portanto, não é necessário especificá-lo em uma resolução.

No que se refere a pôr o nome do distinto Embaixador Faidutti na resolução, ele já é o coordenador deste grupo, e como disse o Representante da Argentina, não acho que precise estar em uma resolução com nome, porque a vida nos leva e traz de um lugar para outro e é possível que daqui a cinco anos ele já não esteja aqui, o que faria necessário mudar o coordenador e também a resolução.

Acho que isto é uma forma mecânica e teria de ser aprovada como está agora. Unicamente se a Bolívia tiver uma posição muito firme em seu projeto e tenhamos que examinar outro texto para esta ou a próxima reunião do Comitê de

Representantes. Mas acho que o Embaixador Faidutti fez as consultas, perguntou e consultou da melhor forma possível, e achava que este texto já poderia ser aprovado hoje, e que nosso grupo jurídico comece a trabalhar quando o Comitê de Representantes dizer. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Higuera. A Representação do Chile, o Embaixador Casanueva tem a palavra.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Eu queria sugerir uma redação do ponto segundo, que poderia resolver a preocupação do México e alguma outra, incluindo a da Bolívia.

Se me derem licença, eu lerei o ponto segundo da resolução, modificado, porque justamente, de acordo com o que disse o Representante da Argentina, que está certo, não façamos outra resolução que já está contida em uma anterior. Diria assim: "o grupo vai se dedicar ao tratamento dos assuntos que lhe sejam encomendados pelo Comitê de Representantes". Já sabemos que são assuntos jurídicos; portanto não pode estar tratando assuntos que não sejam jurídicos, depende do Comitê de Representantes; como consequência, vai ter que tratar tudo o que lhe seja encomendado pelo Comitê e todo o resto está na Resolução 262; portanto, seria desnecessário abundar.

Então ficaria: primeiro, criar um Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos. Segundo, o grupo vai se dedicar ao tratamento dos assuntos que lhe sejam encomendados pelo Comitê de Representantes. Terceiro, o grupo vai se reger pelas disposições contidas na Resolução 262, Uma vez aprovada a resolução, tomaremos a decisão de designar coordenador o Embaixador Faidutti, que aparecerá em ata.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Casanueva. A Representação do Paraguai, Embaixador Casal, tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (José Maria Casal). Obrigado, Presidente.

Para apoiar a proposta da Representação do Chile. Acho que fornece a este grupo amplitude suficiente para trabalhar e, ao mesmo tempo o limita basicamente aos assuntos jurídicos e aos requerimentos precisos do Comitê. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Casal. A Representação de Cuba, Ministro Ortega, tem a palavra.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Presidente. Apóio o projeto de resolução apresentado, independentemente de que seja aprovado em um sentido ou no outro, um segundo parágrafo na parte resolutiva.

Eu acho que os critérios devem ser estabelecidos com clareza. Quanto à observação do Embaixador Onis a respeito de ser desnecessário pôr nesta resolução o que já foi detalhado na Resolução 262, que é muito clara e definidora, eu acho que na redação apresentada pelo Embaixador do Equador, ao dizer a critério do Comitê define com clareza que os assuntos a tratar pelo grupo dependem das considerações do Comitê ou têm de ser encomendados por ele. Se os assuntos têm de ser jurídicos, não está repetido no segundo parágrafo, eu me inclino pela proposta do Embaixador

do Chile, mas se este for o texto que as outras Representações resolverão apoiar, Cuba também o fará. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba. Bolívia, Embaixador Vargas.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacafior). Presidente, eu gostaria de facilitar as coisas, retirando o projeto que apresentamos.

Ao mesmo tempo, concordo com a proposta formulada pelo Chile, de dar ao grupo um caráter *sui generis*, pois todo órgão auxiliar do Comitê tem caráter permanente, enquanto não seja revogado pelo próprio Comitê, isso é óbvio, e naturalmente o que é importante é que este grupo de trabalho vai ter como agenda os assuntos que lhe sejam encomendados pelo Comitê de Representantes, e está definido muito claramente no projeto ou na modificação proposta pelo Chile. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Vargas, especialmente, como o senhor já disse, por usar a forma para facilitar a tarefa do Comitê. Tem a palavra a Venezuela, Embaixador Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado. A Venezuela concorda, tanto com a primeira redação proposta, quanto com a alternativa proposta pelo Chile.

PRESIDENTE. Muito obrigado. O Senhor Secretário-Geral me pede a palavra. Por favor Embaixador Rojas.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Presidente.

Independentemente do acordo político ao qual o Comitê possa chegar sobre o texto deste projeto de resolução, queríamos mostrar que o artigo segundo do projeto considerado hoje com o número 188 transcreve praticamente o que já foi disposto no ponto primeiro da Resolução 262, de 26 de junho.

Em segundo lugar, em relação à proposta feita a respeito da possibilidade de designar um coordenador deste grupo de trabalho e de estabelecê-lo taxativamente na resolução, devemos indicar que o Artigo Terceiro da Resolução 262 diz, e vou lê-lo: “cada grupo de trabalho terá um coordenador, que será designado por um ano calendário civil, pelo Comitê, sem prejuízo do estabelecido no Artigo Seis do Regulamento do Comitê de Representantes”, portanto nesta resolução não caberia mencionar nenhum coordenador em forma taxativa, já que essa deveria ser, de acordo com o espírito e a letra da Resolução 262, uma decisão autônoma do Comitê de Representantes.

Esta é apenas uma opinião para chamar a atenção sobre os aspectos que estão sendo comentados. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço a Secretaria-Geral por sua informação.

Basicamente, o que temos que considerar depois da informação recebida é o teor do artigo segundo, para o qual há neste momento duas propostas: a apresentada no documento 188 e a proposta sugerida pelo Chile, de substituí-lo por um parágrafo

mais simples, que diga: o grupo se dedicará ao tratamento dos assuntos que lhe forem encomendados pelo Comitê de Representantes. Neste momento é muito difícil para a Mesa discernir qual das duas propostas tem maior aceitação.

A Representação do México pede a palavra, Ministro Sandoval.

Representação do MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Obrigado, Presidente. Nós tínhamos feito uma primeira intervenção a respeito deste parágrafo segundo, no sentido de fazer uma pergunta.

Nós tínhamos problemas para compreender o sentido de pôr a palavra preliminar no final do parágrafo; essa era nossa pergunta, de qualquer forma, achamos que a proposta do Embaixador do Chile é aceitável, mas nossa idéia inicial era perguntar a respeito do sentido deste caráter preliminar, a que se refere este parágrafo. Não estamos dizendo que tenha ou não de ser eliminado; apenas queremos ver qual é o significado de colocá-lo ali.

PRESIDENTE. Obrigado.

O sentido de colocá-lo ali é o mesmo sentido que tem no Artigo Primeiro da Resolução 262, que estabelece que “o Comitê de Representantes poderá criar grupos de trabalho como órgãos auxiliares, para o tratamento de aqueles assuntos que por sua natureza precisem de uma consideração preliminar”. Em sua sabedoria, foi assim estabelecido pelo Comitê.

Representação do MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Obrigado, Presidente. “Em sua sabedoria” não me esclareceu nada; de qualquer jeito, nós estaríamos de acordo com aprovar o parágrafo segundo, tal como foi proposto pelo Embaixador do Equador, ou com aprovar o parágrafo tal como foi sugerido pelo Chile. Estamos de acordo com sua aprovação.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do México. O Peru tinha pedido a palavra, Embaixador Higuera.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Depois da intervenção do Senhor Secretário-Geral, não me resta dúvida de que é este o texto que temos de aprovar e, depois da intervenção do Representante do México, acho que por respeito a nosso coordenador do grupo jurídico, poderíamos aprová-lo tal como está. Não compromete os países, não é um tratado, não está assinado, não tem ratificação dos Congressos, é apenas uma resolução. Não percamos mais nenhum minuto e vejamos logo o seguinte ponto da agenda.

Acho que este texto é o melhor, sem desprezar nenhuma outra proposta. Proponho aprová-la como está aqui, pois, segundo o artigo da Resolução 262, que o senhor leu, é a mesma coisa, para não estarmos nos desdizendo da Resolução 262, que já tínhamos aprovado em junho. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Higuera. A Representação do Chile, Embaixador Casanueva.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Apenas para lembrá-los de que a proposta que eu fiz foi para buscar um texto que resolvesse a preocupação do México. Portanto, se o México retirar sua preocupação, eu retiro minha proposta,

pois não estou colocando propostas alternativas. Portanto, apóio a aprovação da resolução do jeito que está.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

A Mesa entende que há consenso para aprovar a resolução criando o Grupo de Trabalho em Assuntos Jurídicos, segundo o documento PR 188, que circulou oportunamente. Fica, então, aprovado. A Secretaria me informa que esta Resolução terá o número 264.

“RESOLUÇÃO 264

CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE ASSUNTOS JURÍDICOS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O Artigo 35, letra o), do Tratado de Montevideu 1980, os Artigos 4, letra p), e 6 da Resolução 1, bem como a Resolução 262 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO A conveniência de criar um grupo de trabalho sobre assuntos jurídicos, visando apoiar as atividades do Comitê de Representantes nos temas que lhe sejam requeridos.

LEVANDO EM CONTA O relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho do Comitê de Representantes sobre “Situações Jurídicas que justificariam uma revisão”, ALADI/CR/dt 173, de 24 de setembro de 2001,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Criar um grupo de trabalho sobre “Assuntos Jurídicos”.

SEGUNDO.- Os objetivos e o âmbito de ação do grupo de trabalho serão o tratamento dos temas cujos aspectos jurídicos, a critério do Comitê de Representantes, requeiram consideração preliminar.

TERCEIRO.- O Grupo de Trabalho sobre “Assuntos Jurídicos” reger-se-á pelas disposições contidas na Resolução 262 do Comitê de Representantes.”

6. Apresentação do Estudo “Impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros da ALADI com os Estados Unidos e o Canadá” (ALADI/SEC/Estudo 139).

O seguinte ponto da ordem do dia é a apresentação do Estudo “Impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros da ALADI com os Estados Unidos e o Canadá”, documento ALADI/SEC/Estudo 139. O Senhor Secretário-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Prévio à apresentação que vai fazer o consultor que nós contratamos para a elaboração deste trabalho, queria destacar, muito brevemente, a importância e transcendência deste trabalho para as tarefas da Associação.

Eu queria ressaltar que há poucos meses tínhamos apresentado um primeiro trabalho relativo a uma definição de uma estratégia para a preservação das preferências pactuadas no âmbito latino-americano e, particularmente, no contexto do Tratado de Montevideu de 1980, no qual fazíamos uma análise basicamente qualitativa dos efeitos que teria a eventual concretização de uma negociação para a conformação da Área de Livre Comércio das Américas.

Temos avançado, temos dado mais um passo, e isto teve como consequência a concretização já, de forma quantitativa, dos efeitos que teria a eventual conformação da ALCA sobre as correntes comerciais já estabelecidas na região e também mostra-se qual seria a potencialidade que teriam as exportações dos países-membros para ter acesso ao mercado norte-americano e ao mercado canadense.

Igualmente neste estudo, Senhor Presidente, nós apresentamos informação detalhada sobre os elementos de política comercial que afetam diretamente o acesso aos mercados norte-americano e canadense, que regulam as exportações latino-americanas nesses destinos.

Quero destacar algo muito importante: a Representação da Colômbia nos enviou nos dias passados e baseado, entendemos, no desenvolvimento deste estudo, um pedido para fazer um seminário na cidade de Bogotá, com o objetivo de divulgar os trabalhos que estamos desenvolvendo em relação à ALCA. Estes trabalhos, evidentemente, são de muito interesse para os Governos, especialmente para o setor empresarial. Nós recebemos o pedido do Governo da Colômbia com muito interesse, é claro, como receberíamos os de qualquer outro país-membro, e isto também tem nos estimulado para realizar um trabalho adicional ao do que já temos.

É um trabalho que tem a ver com a elaboração de separatas muito curtas para cada um dos países-membros, sobre o efeito que teria a ALCA à luz da análise que nós fizemos neste Estudo 139. E isto também tem várias conotações; para começar, uma conotação de facilitação do trabalho para os porta-vozes políticos, no que se refere ao efeito que tem particularmente sobre seu país o impacto que teria a criação desta área de livre comércio.

Por outro lado, tem a virtude, este tipo de separata – que além do mais vão ser fascículos muito curtos, de quatro ou cinco páginas – de que nos permitiria trabalhar as diferentes realidades nacionais, de cada um dos países-membros, no caso que seja pedida a realização deste tipo de seminário. E obviamente, terceiro, este tipo de fascículo vai nos facilitar a possibilidade de divulgar com maior credibilidade os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Associação, sobre diferentes matérias e particularmente nesta, que sem dúvida alguma constitui um assunto central da agenda de todos e cada um dos países-membros.

Quero destacar, por último, Senhor Presidente, que estes trabalhos necessariamente têm de ser complementados. A análise que nós apresentamos faz um corte em uma data determinada, em uma data precisa. É necessário que, através da Associação ou, alternativamente, de forma individual, cada um dos países-membros comece a fazer uma atualização baseada na metodologia apresentada em anexo no Documento 139, e necessariamente tem de ser complementado com outros trabalhos que propusemos ao Grupo de Trabalho de Seguimento do Programa de Atividades, com a finalidade de ser desenvolvido no próximo ano.

Todos estes trabalhos focalizam exclusivamente o apoio às negociações que estão realizando os países-membros; são trabalhos que nós consideramos muito úteis para os negociadores e, que do ponto de vista da contraparte que fizemos aqui na Secretaria-Geral ao consultor que vai apresentar o trabalho a seguir, implicou, por um lado, um esforço técnico de nossos funcionários, que serviram de contraparte, mas também significou uma contraparte da direção da Secretaria-Geral no que se refere a procurar, efetivamente, atender as necessidades dos países nesta matéria.

Portanto, Senhor Presidente, com sua anuência e a dos Senhores Representantes, eu pediria ao Doutor Marcel Vaillant, encarregado de desenvolver este trabalho, que faça uma apresentação detalhada e sintética dos principais resultados atingidos com o estudo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral. Convidamos o Doutor Marcel Vaillant a fazer a apresentação do Estudo “Impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros da ALADI com os Estados Unidos e o Canadá”. Por favor, Doutor Vaillant.

SECRETARIA-GERAL (Marcel Vaillant). Obrigado, Presidente.

Vou lhes dar uma visão geral, minha idéia é simplesmente ilustrar como é que se trabalha com os quadros. Para isto selecionamos o Brasil – poderia ter sido qualquer outro país da Associação. Isto pode ser útil como guia, como manual para a negociação. Neste sentido, excede os objetivos de um simples trabalho que faz a análise baseado em alguns dados; acho que com separatas por país poderia ser um trabalho que, no caso de continuar se aperfeiçoando, seria útil na negociação no contexto da ALCA.

Vou fazer primeiro a apresentação em PowerPoint e depois vou mostrar os quadros que estão em transparências com o retroprojetor e darei exemplos para o caso do Brasil.

O primeiro ponto é a justificação, o problema global da negociação com a ALCA. Trata-se de como é possível avançar: eu coloquei uma seqüência de quatro pontos entre os quais existe uma articulação lógica, há uma possível negociação na ALCA, que está, em certa forma, caracterizada por um forte bilateralismo com os Estados Unidos, e uma agenda infinita, que significa um conjunto relativamente vasto de assuntos a negociar. Acho que este é um cenário desfavorável para os países da região.

Em contraposição, temos alguns blocos sub-regionais que já conseguiram certo desenvolvimento e que poderiam se fortalecer nos próximos anos; é o caso particular da Comunidade Andina das Nações, do MERCOSUL e do Chile e, uma relação relativamente mais estreita entre eles, que em certa forma permite determinar uma agenda de negociação seqüencial, de acordo com os interesses dos países da Associação. Para isso é preciso ter uma informação relativamente adequada a respeito de quais são os pontos em discussão, especialmente no nível comercial; obviamente sabemos que a ALCA não se esgota neste assunto, mas a negociação comercial em bens é, sem dúvida, importante e é esse o objetivo deste trabalho. Então, esta seria a justificação.

Os objetivos do trabalho são dois, relativamente precisos: definir, encontrar uma lista dos setores ameaçados e dos produtos em perigo no comércio internacional – as

palavras setores e produtos, ameaças e perigos, acho que servem como recurso mnemotécnico para saber do que estamos falando. Existe uma primeira aproximação relativamente macro-setorial de possíveis ou potenciais ameaças em um determinado conjunto de setores; para isto é usado um tipo de informação e depois, com maior precisão, é desagregada a informação e falamos diretamente sobre os produtos, e usamos a palavra perigo porque aqui, nesta segunda fase da análise, também incluímos informação de política comercial, não apenas a respeito do fluxo do comércio, mas também das preferências existentes entre os países da região. É por isso que esta lista de setores, em certa forma, tem um objetivo defensivo; existe um comércio intra-regional que potencialmente poderia ser deslocado pelos provedores das economias industrializadas da América do Norte, os Estados Unidos e o Canadá, à medida que as preferências comerciais, tarifárias que temos entre nós comecem a se diluir no contexto da ALCA. Este seria o primeiro objetivo: lista dos setores ameaçados e produtos em perigo.

O segundo objetivo tem a ver com o objetivo expansivo, com as possibilidades, com as potencialidades que o processo de negociação e de criação de uma zona continental de comércio livre tem para os países da região. Neste caso trata-se de setores com opções e produtos com oportunidades. O esquema é exatamente o mesmo que o anterior: nos setores trabalhamos com agregação grande, com informação unicamente sobre comércio, nos produtos trabalhamos em um nível maior de desagregação, um sistema harmonizado a seis dígitos e com informação sobre política comercial além da informação de comércio. Então, aí o que observamos é em quais produtos concretos poderiam existir preferências e melhoras no acesso ao mercado dos Estados Unidos e do Canadá. Estes são os objetivos do trabalho.

Uma primeira visão geral sobre a metodologia e sobre três conceitos relativamente centrais que são usados no trabalho e que sustentam a metodologia desenvolvida para identificar setores ameaçados, produtos em perigo, setores com opções, ou produtos com oportunidades. Usamos indicadores de especialização comercial, que vou explicar brevemente. Embora estejam em anexo, acho que os conceitos centrais podem ser entendidos verbalmente com facilidade.

O conceito de intensidade de comércio: simplesmente é comparada a participação de determinado destino nas exportações de determinado país em relação ao peso desse país nas importações mundiais. Pensemos no caso, por exemplo, do comércio bilateral entre a Argentina e o Brasil – e estou inventando cifras. Suponhamos que o Brasil representa 1% das importações mundiais; se para a Argentina, o Brasil representa 2%, o indicador de intensidade de comércio, vai valer 2, porque o Brasil é duas vezes mais importante nas exportações da Argentina, em comparação com sua importância nas importações mundiais. Isto é em grandes linhas, para algumas correções específicas e muito sutis relacionadas com a metodologia, o que mede o indicador do comércio.

O indicador de intensidade de comércio pode ser dividido em dois fatores, por que algumas economias comerciam mais com outras, em relação ao que comerciaríamos de acordo com o tamanho dessa economia na economia internacional? Podemos encontrar sua causa em dois grandes tipos de fatores: um é a complementação comercial, que é apenas um indicador que mede se o que eu vendo é o que o outro compra. É um “*matching*” entre as vantagens comparativas de um país e as desvantagens comparativas do outro, e o complemento ao índice de intensidade de comércio, que não é complementação comercial, é o que chamamos de viés geográfico, isto é, a distância, a geografia, a adjacência, os aspectos culturais,

a existência de políticas comerciais discriminatórias leva a que alguns países comerciem mais com outros em relação ao que comerciariam de acordo com seu tamanho na economia internacional. Estes são os indicadores básicos que usamos; há um quadro global para a região, que vou lhes mostrar depois.

O que é que estes indicadores nos dizem na década dos noventa, comparada com a dos oitenta, no comércio bilateral dos Estados Unidos e o Canadá com os países da ALADI e dela com os Estados Unidos e o Canadá? Nos dizem, primeiro, que os Estados Unidos aumentaram muito a intensidade de comércio com a ALADI, aumentaram-na em geral com todos os países, com alguns mais do que com outros, mas o movimento maior é um aumento da intensidade comercial e, por trás disso, claramente estão os processos de abertura comercial unilaterais das economias da região e em particular o Tratado de Comércio Livre da América do Norte, que abrange unicamente o México.

O Canadá se afastou da região, medido do ponto de vista do índice de intensidade de comércio, que é estruturalmente baixo e, que além do mais, diminuiu, e está por baixo de 1, e também nós importamos do Canadá muito menos do que importamos no comércio internacional no que se refere às importações.

Como exportadores, os países da ALADI aumentaram a intensidade de comércio com os Estados Unidos, mas isto é a consequência ou o resumo de uma situação bastante diferenciada; o México aumentou muito, a CAN aumentou um pouco e o MERCOSUL, junto com o Chile, diminuíram. Este é o panorama global. Houve um aumento na intensidade de comércio com os Estados Unidos, mas numa diferenciação que quase segue a diferenciação da distância e da geografia em relação às relações com os Estados Unidos.

E com o Canadá, fora o México, todo o resto dos países diminuiu sua intensidade de comércio na década dos noventa, em relação aos oitenta.

Vamos, então, nos aproximar do primeiro objetivo que é a lista dos setores ameaçados e dos produtos em perigo. Para isto vamos dizer quatro coisas muito breves a respeito das importações dos países da ALADI: o México realiza quase as três quartas partes de suas compras nos Estados Unidos; a CAN, a terceira parte; o MERCOSUL com o Chile, a quinta parte. Estes são valores aproximados e redondos, mas fornecem uma visão clara do que importam, para cada um, os Estados Unidos como provedores. O Canadá é um provedor totalmente marginal, do ponto de vista das importações.

A região é, do ponto de vista da especialização setorial, importadora de manufaturas e também, nos setores, tanto os países da Comunidade Andina quanto o MERCOSUL e o Chile, importam mais matérias-primas de origem agrícola e manufaturas dos Estados Unidos do que do resto do mundo. E o México compra mais ou menos as mesmas coisas aos Estados Unidos que ao resto do mundo. Acontece que para o México os Estados Unidos praticamente são o resto do mundo.

Agora nos aproximamos do assunto das ameaças no comércio intra-regional. Usamos uma base de dados da economia internacional, consistente para todos os países, feita por um centro de pesquisa econômica do Canadá, é a melhor base de dados com a qual podíamos contar; a única dificuldade é que os dados disponíveis são até o ano 97; isto não é muito grave, porque em rigor estamos medindo indicadores de especialização relativamente estruturais, e o importante não é ter a

informação do ano, do dia, mas ter muita informação para poder resgatar e observar os aspectos estruturais.

A metodologia consistiu em observar aqueles setores onde os Estados Unidos e o Canadá tinham uma complementação comercial importante no comércio que nós fazemos entre nós no contexto da região, o comércio intra-regional, onde existia uma espécie de sobreposição na complementação comercial de algum dos países da região, em setores, onde nos vendemos entre nós.

Resumindo, das ameaças, há um quadro com um resumo que eu tenho em transparências, que basicamente nos mostra que os países mais ameaçados, do ponto de vista potencial, em setores, são a Argentina e o Brasil, isto é, aqueles envolvidos em exportações intra-regionais que vão a países, com os quais os Estados Unidos e o Canadá têm uma forte complementação exportadora. E o que menos tem é o México.

Uma vez que determinamos os setores onde potencialmente poderia existir uma ameaça, medida unicamente com informação de comércio, o que queremos ver agora é se nesses setores, os países exportadores da região ingressam em condições preferenciais, que eventualmente ficariam diluídas no contexto da ALCA. Se isso não for assim, o setor é uma ameaça potencial, mas no nível concreto do produto não foi observado perigo, porque vai aumentar o acesso, tanto para o exportador regional como para o provedor extra-regional, e como somos provedores regionais e estamos perto, não existe motivo algum para pensar que isso vai nos discriminar em algum sentido.

Então, para a definição de produtos e perigos foi necessário construir uma base de dados de política comercial que foi feita com ajuda da Associação e seus serviços de informação, e especialmente na Divisão de Estudos. Esta foi uma tarefa relativamente complicada e acho que deixou uma base de política comercial muito útil para futuros trabalhos, onde, em certa forma, temos uma base de dados que, além de ter o regime geral de política comercial de cada um dos países da Associação, contém todos os sistemas preferenciais de comércio existentes, tanto no interior da Associação como em forma bilateral com os Estados Unidos e o Canadá. A definição dos produtos em perigo, para os setores ameaçados, foi feita usando esta informação.

Nossa primeira observação mostra que os produtos em perigo estão em menos setores do que os que eram setores ameaçados; quero dizer que existe alguma parte do comércio intra-regional que se faz em condições não preferenciais e que eventualmente pode se observar uma ameaça, mas não é um perigo do ponto de vista da diluição das preferências comerciais regionais.

A segunda conclusão geral é que se concentram em sub-regiões, isto é, os países do MERCOSUL enfrentam seus perigos no MERCOSUL e os da Comunidade Andina das Nações enfrentam seus perigos dentro da CAN, e isto é lógico, porque é onde as preferências tarifárias comerciais recíprocas são mais importantes e, portanto, onde também há mais comércio. Veremos isto com mais detalhe quando eu apresentar o exemplo do Brasil com as transparências.

Agora vamos ao segundo objetivo, no que respeita à definição das duas primeiras listas: de setores ameaçados e de produtos em perigo. As exportações da ALADI nos introduzem no assunto das opções que temos nos Estados Unidos e no

Canadá e, eventualmente, das oportunidades que poderíamos ter em produtos específicos. Em termos globais, a metade das exportações dos países da ALADI vai aos Estados Unidos, mas isto é, mais uma vez, uma questão totalmente diferenciada, números redondos, uma média de vários anos, 90% das exportações do México vão aos Estados Unidos, 43% dos países andinos e 16% do MERCOSUL com o Chile. Em certa forma, isto nos fornece uma ordem importante sobre este fluxo comercial. O Canadá, mais uma vez, como é um provedor marginal, também é um destino marginal.

O MERCOSUL exporta relativamente mais matérias-primas de origem agrícola, manufaturas e combustíveis aos Estados Unidos em comparação com suas exportações ao mundo. O Chile, mais alimentos, matérias-primas de origem agrícola e manufaturas; a CAN, combustíveis e matérias-primas de origem agrícola. O México tem um padrão parecido ao mundo porque também em suas exportações, para o México, os Estados Unidos são praticamente o mundo.

Bem, quais são as opções, em quais setores nos Estados Unidos e no Canadá? A metodologia aqui é observar essa realidade, que é mais simples do que em nossa estrutura. Existe complementação com os Estados Unidos e o Canadá, isto é, eles compram coisas que nós vendemos; portanto, ocorrerá esse encontro entre nossas vantagens comparativas e suas desvantagens comparativas. Vejam que construir este índice implica ter informação para toda a economia internacional; por isso é importante ter uma base de dados consistente, que não abranja apenas relações comerciais bilaterais, mas toda a economia internacional.

Há um quadro com o resumo de setores com opções que já vou lhes mostrar. Os países com mais opções são o México e o Brasil, isto é, os Estados Unidos e o Canadá comprariam mais o que, supostamente, o México e o Brasil vendem. As opções são mais ou menos parecidas, tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá; os países que têm uma opção nos Estados Unidos costumam tê-la também no Canadá, no mesmo setor, e a seguir veremos o exemplo a respeito disto para o Brasil.

Oportunidades nos Estados Unidos e no Canadá, e com isto eu acabo. Aqui o que fazemos é observar, introduzir a informação de política comercial, isto é, todo este sistema, seja de zona de comércio livre, como o México com os Estados Unidos, seja o Acordo Comercial do Chile com o Canadá ou o Sistema Generalizado de Preferências ou o Acordo Preferencial Não Recíproco com os países andinos e os Estados Unidos, toda essa informação foi incluída na base de política comercial, e isto nos permite filtrar os setores com opções para determinar produtos com oportunidades, produtos onde pode ocorrer uma melhora no acesso por melhoras nas preferências tarifárias ou eventualmente pela existência de tarifas específicas, informação que também obtivemos, que é relativamente chave, tanto para os Estados Unidos quanto para o Canadá.

Novamente observamos que existem oportunidades em menos setores, que os produtos com oportunidades estão em menos setores que as opções setoriais determinadas, e a razão disto é que já existem preferências tarifárias para entrar nestes mercados, que em muitos produtos as tarifas já são nulas e, portanto, não há nada de lucro na margem, em preferência tarifária nestes mercados e que, além do mais, não estamos incorporando outro conjunto de barreiras não-tarifárias, onde eventualmente poderíamos determinar uma opção setorial e poderia ser uma oportunidade em um produto, se estivessemos considerando toda essa informação. A

única coisa que estamos incorporando ao Estudo é a informação menos transparente do ponto de vista do acesso ao mercado, que é a existência ou não de impostos específicos, e esse é um assunto relativamente importante na negociação com os Estados Unidos e o Canadá, porque costuma ter uma concentração de tarifas específicas naqueles produtos onde se determinam oportunidades, a partir da metodologia utilizada.

Os países com mais oportunidades são a Argentina, Brasil e Uruguai, e aí ocorre uma espécie de relação geral, no sentido de que os países que têm poucas ameaças e perigos, ao mesmo tempo têm poucas opções e oportunidades e a recíproca, os mais ameaçados e com maiores perigos no comércio intra-regional são também os que encontram maiores possibilidades, opções e oportunidades no mercado dos Estados Unidos e do Canadá. Isto pode ser lido como uma boa notícia para a negociação porque fornece essas possibilidades de um equilíbrio de receber e entregar em um processo de negociação comercial com os Estados Unidos e o Canadá no contexto da ALCA.

Finalizo e passaria agora a uma sopa de números, simplesmente para que vejam o que é, e que isto não é apenas uma poesia relativamente em ordem, mas que por trás há um conjunto de trabalhos importantes, que só podem ser aproveitados se usados, especialmente, na hora de definir prioridades. Simplesmente para exemplificar, aí temos as três sub-regiões importantes envolvidas, não de forma exaustiva, porque a ALCA envolveria também o Caribe e a América Central, mas as que estamos estudando agora, o MERCOSUL e o Chile, a Comunidade Andina das Nações e o NAFTA, e aqui o que estamos medindo é intensidade de comércio. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que para as exportações da Argentina ao Brasil, importam 26 vezes a mais nas exportações da Argentina, com participação nas exportações da Argentina, da importância que as importações do Brasil têm nas importações do Brasil nas exportações mundiais. É este o significado do indicador de 26. A leitura mais destacável deste quadro é que as sub-regiões importam; obviamente, a maior intensidade de comércio encontra-se na diagonal, os países comerciam mais com seus vizinhos adjacentes.

Isto não é novidade, é o que ocorre na economia internacional, o comércio basicamente é um fenômeno de países próximos, vizinhos, adjacentes e mais ainda quando têm acordos sub-regionais e políticas comerciais discriminatórias, que se somam como um efeito adicional. Este é o indicador de intensidade de comércio e tem essa importante leitura.

Quando vemos a relação dos Estados Unidos com os países da ALADI vemos esta linha que está aqui; isto mostra os Estados Unidos como país exportador e a intensidade de comércio que tem com o resto dos países da ALADI, níveis altos com o México e o Canadá, níveis médios com os países da CAN e níveis mais baixos com os países do MERCOSUL.

E neste caso vemos, nesta coluna, níveis de intensidade de comércio exportador dos países da ALADI aos Estados Unidos, alto no México, médio na CAN e muito baixo no MERCOSUL, mais uma vez. Esse é o indicador de intensidade de comércio.

Vou diretamente ao resumo dos setores na matriz de ameaças; a última coluna nos mostra o total dos setores ameaçados. Por exemplo, o México tem 7 setores ameaçados, a Argentina tem 78, o Brasil, 64, quando digo setores, não sei se já expliquei, mas estou falando de setores com três dígitos na classificação CUCI e o

que tenho dentro é a distribuição, isto é, os lugares onde estão essas ameaças, dos 78 setores que a Argentina tem ameaçados, 34 estão no Brasil.

No caso da Colômbia, dos 43 que tem, 13 estão na Venezuela e 14 no Equador. Além disto, as cores nos mostram a importância que tem do ponto de vista do comércio, não o número de setores, mas do ponto de vista do comércio, e temos 4 ou 5 valores estratificados. Como eu lhes explicava, as ameaças se concentram no nível sub-regional; os países andinos têm ameaças nos países do MERCOSUL e o Chile, isto não é estritamente assim, mas o MERCOSUL com o Chile não têm tantas ameaças nos países da CAN. Este é o resumo setorial para ameaças.

Vejamos depois um quadro típico de ameaças do Brasil com os Estados Unidos, temos um quadro destes, um para cada país, com muitos números, mas espero poder lhes contar qual é a informação. Temos o grande setor, da classificação CCP, o setor da classificação CUCI, 3 dígitos, a denominação, a descrição do setor; onde há uma marca, é onde o Brasil enfrenta um problema. Neste caso, por exemplo, neste produto, polimerização e copolímeros, seria no Chile e no Uruguai. A razão disto é que os Estados Unidos têm uma complementação do comércio de 1,1 com o Chile e o Uruguai.

Também tenho uma informação sobre a estrutura do comércio; a última coluna mostra a importância dos setores ameaçados no total das exportações do Brasil; a coluna anterior mostra a importância dos setores ameaçados nestes mercados, dentro do total das exportações desses mercados à ALADI; e dependência exportadora mostra a importância da ameaça nesses mercados, dentro do conjunto das exportações desses setores ao mundo todo. Isto é ao mundo todo, isto é unicamente restrito à sub-região e isto é como proporção das exportações totais.

Vemos que o Brasil tem ameaçado com os Estados Unidos 8,3% de suas exportações totais, mas 40% de suas exportações à ALADI. Há um quadro parecido, idêntico a este para o Canadá, no caso do Brasil.

Há uma matriz igual à anterior para perigos, mas referida agora a produtos. Sua lógica é a mesma, mas aqui temos número de produtos, aumenta o número de produtos porque o nível de desagregação é muito maior. Agora estou trabalhando com seis dígitos do sistema harmonizado, mas estes estão em um número menor de setores, como já lhes disse. E mais uma vez aparece o fato de que os perigos estão principalmente dentro das sub-regiões.

Como são construídos os quadros perigo? Eles têm bastante mais informação; eu mostro apenas um pouco para que possam ver a estrutura com a qual o quadro deve ser lido. Eles têm o setor ameaçado, determinado no quadro anterior. Para os setores ameaçados vamos a um nível de desagregação maior aos produtos no sistema harmonizado em seis dígitos e vemos, por exemplo, o caso com a Argentina, neste produto que é 26.01.11, onde a tributação geral para qualquer produto que venha ao mundo é 5% e o residual para a Argentina, no contexto do MERCOSUL é 0%. É um setor ameaçado. Isso foi determinado no quadro anterior, e aqui vemos que vai ocorrer uma diluição em preferência tarifária. Esta é relativamente baixa, em outros casos, a diluição à preferência tarifária é muito maior.

E finalmente, a última coluna daqui nos mostra que neste setor, 39% de suas exportações são feitas neste produto e 61% restante, no outro produto. Esta é a

informação que fornecem os quadros perigo, nos setores ameaçados, como se localizam os perigos, com a informação específica de política comercial.

Para concluir, resta apenas nos referirmos às opções e oportunidades. Este é um quadro de resumo dos setores. Nas opções temos o número de setores, estão os países; neste caso, o que estamos contabilizando são aqueles setores onde existe complementação do comércio entre os países da região, os Estados Unidos e o Canadá, as opções, tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá, e as totais, por número de países. Como já dissemos, o México, a Argentina e o Brasil são os países que têm mais setores com opções. Nas oportunidades, o México praticamente não as tem porque essas opções já ingressam em condições preferenciais ao mercado dos Estados Unidos e do Canadá. Então, existem opções, mas a política comercial nos mostra que não há muito para lucrar no caso do México, e o contrário no caso do Brasil, por exemplo.

Bem, agora vemos que temos um quadro idêntico para o Brasil, que conta as opções setoriais do Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá. Neste caso registramos os indicadores de complementação do comércio, no nível setorial e de intensidade do comércio no nível setorial, esses indicadores que eu disse que definiam em termos agregados para todo o comércio, podem se decompor no nível de cada um dos setores, e isto é o que faço. Finalmente, o que contabilizo aqui é a importância que tem esse setor nas exportações totais do Brasil. As opções do Brasil nos Estados Unidos e no Canadá cobrem em torno de 67% das exportações do Brasil.

Para terminar, temos o resumo de oportunidades, isso que vimos para setores com opções. Agora damos mais um passo, vemos o nível de desagregação em seis dígitos, integramos a informação de política comercial e podemos determinar os produtos onde os países podem ter oportunidades. O panorama por produtos é o que está aí. No caso do México, aparecem alguns setores com oportunidades porque, em rigor, a zona de comércio livre dos Estados Unidos e do Canadá não é totalmente completa. Então, há exceções setoriais, sobretudo quando se trabalha um nível de desagregação tão grande e capta essas possibilidades. Como disse no resumo, os países que têm mais oportunidades em termos de produtos são o Brasil, Argentina e Uruguai.

A última coluna mostra quanto das exportações totais teria opções; no caso do México, apenas 15%, no caso da Argentina, 52%, no caso do Brasil, 41%, o Paraguai, 49%, o Uruguai, 55% de suas exportações. No caso dos países andinos, o Equador 43% e a Venezuela, embora tenha muito poucos produtos, tem uma proporção alta de suas exportações.

O que ainda restaria para lhes mostrar é o quadro de políticas comerciais, onde observamos as oportunidades para o caso do Brasil. Novamente temos o setor, o sistema harmonizado, a tributação geral. Neste caso está discriminado para os Estados Unidos ou o Canadá. A tributação geral dos Estados Unidos nesse produto e o residual é o específico vinculado, neste caso, com o Brasil, que é o país que estamos estudando. E isto é quanto cobre cada um destes produtos, o total do setor, e isto é a importância que tem esse produto nas exportações aos Estados Unidos.

Então, podemos dizer que este é o resultado final do trabalho. Como já disse, os objetivos eram relativamente específicos; tratava-se de determinar umas listas de setores ameaçados e produtos em perigo e uma lista de setores com opções e produtos com oportunidades; esse é um trabalho específico por país. Há uma coleção

de cada um destes quatro quadros para todos os países da Associação, e eu acho que em certa forma, voltando ao início, à justificação inicial, esta informação permite observar, com muito mais precisão, quais são os lugares onde pode ocorrer um encontro de interesses e de incentivos similares dos países da região, tanto no que se refere ao objetivo defensivo, de defender o comércio intra-regional, quanto ao objetivo expansivo de melhorar o acesso aos mercados dos países industrializados da ALCA.

Eu acho que o pano de fundo disto tudo é que nos anos 90, nós, na sub-região, temos regionalizado nossas exportações. Cada vez vendemos mais entre nós e nossas importações transformaram-se em multilaterais. Isso, em certa forma, está por trás desta evidência de que os Estados Unidos aumentam a intensidade de comércio exportador com os países da região, excetuando o México, pois, obviamente, não é neutral estar ao lado do maior país da economia internacional e ter um acordo comercial discriminatório com ele. Fora o caso do México, os países da região têm dificuldades em geral no acesso ao mercado internacional dos países industrializados.

Com isto termino, muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado ao Doutor Vaillant, não apenas pela apresentação, mas também pelo trabalho realizado.

Alguns de nós, enquanto escutávamos, também íamos dando uma olhada no conjunto do trabalho, e aqui com certeza temos um material mais do que útil, mais do que importante para todos nós. Acho que será objeto de consideração nos diferentes níveis de nossos respectivos Governos. Antes de dar por encerrado este ponto, pergunto-me se algum dos Senhores Representantes ou dos membros das Representações gostariam de fazer alguma pergunta ou pedido de esclarecimento ao Doutor Vaillant. O Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu gostaria de fazer duas colocações. Uma, que nossa Delegação acha que é um estudo muito bem feito, importante para a identificação dos riscos potenciais que a negociação da ALCA pode apresentar a nossos países e que certamente poderá constituir um subsídio muito útil para a preparação de nossas posições de governo e nos setores empresariais em nossos países, nestas negociações hemisféricas.

A segunda colocação é conseqüência da primeira. Por ser um estudo importante e relevante, eu gostaria de que tivesse a maior difusão possível no setor produtivo brasileiro, e para isso é preciso que esteja disponível no *site* da Associação na Internet, também na língua portuguesa. Portanto perguntaria à Secretaria se já adotaram as medidas necessárias para que isso seja possível. Eu não vou fazer este tipo de colocação para todos os estudos da Associação, mas sim para os que achamos importantes. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tenho, nesta ordem, Cuba, o Peru, a Venezuela, o Equador, a Argentina. Tem a palavra a Representação de Cuba, Ministro Ortega.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar quero dar parabéns ao Doutor Vaillant pela apresentação que fez hoje do trabalho, pela valiosa contribuição que certamente é este trabalho para todos os países-membros da ALADI que participam das negociações da ALCA e gostaria de lhe fazer uma consulta metodológica, se fosse possível considerá-la assim.

Eu li a apresentação feita na página 2 do trabalho e vejo as três seções nas que está dividido; embora eu saiba que Cuba não faz parte do processo de negociação da ALCA, nem ache que seja necessário reconhecer que Cuba é um país membro da ALADI, nem desconheça a possível dificuldade na compilação de informação sobre o comércio de Cuba com os países-membros da ALADI e com o Canadá, já que não temos comércio com os Estados Unidos, considero que em certas áreas do trabalho poderia existir uma cobertura de Cuba, porque Cuba tem um comércio importante com o Canadá, e tenho certeza de que muito superior à de muitos dos países-membros e Cuba tem um comércio importante com os países da região, que foi multiplicado por 6 vezes nos últimos 10 anos.

Então, eu gostaria de saber por que não foi absolutamente incluído, quero dizer, não dentro das análises feitas a respeito do comércio dos países-membros da ALADI com os Estados Unidos, mas dentro do comércio de Cuba com o Canadá como parte da seção que dedica sua atenção ao comércio da América Latina com o Canadá e ao comércio entre nossos países. Agradeceria conhecer os motivos, professor. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Eu darei a palavra às Representações e depois poderemos abrir um espaço para respostas.

A seguinte na lista é a Representação do Peru, Embaixador Higuera.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Bem breve, como nas anteriores intervenções, quero expressar ao professor Vaillant a complacência de minha Representação pelo trabalho que ele fez a pedido da Secretaria. Acho que seu conteúdo é muito importante, já foi mandado a nossos Governos e com especial menção da importância do conteúdo para nossos negociadores na ALCA.

Também acho que tanto este tipo de estudo, não estou falando sobre sua extensão, mas de seu conteúdo, e o fato de que a ALADI siga de perto as ocorrências na ALCA, quanto ao impacto que teria em nossa região, demonstra, então, o que temos trabalhado dentro desta Associação, e é a importância que o assunto tem para que continue, ainda por mais tempo no nosso Programa de Atividades, daqui até concluir. Foi dito que as negociações vão acabar em 2005; confiemos em que seja assim, mas que a ALADI siga bem de perto este tipo de negociação e impacto e ajude os países que precisem de sua colaboração para uma melhor negociação individual ou sub-regional.

Como já disse o Brasil, no caso do português, é claro, mas penso que este estudo deveria ser muito difundido nas classes empresariais, no máximo possível, dentro de nossos países, para que conheçam em letras e quadros o impacto que teria esta nova obrigação comercial regional da América. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Higuera. Tem a palavra a Representação da Venezuela, Embaixador Arcaya.

Representação de VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado. Também para parabenizar, tanto o Professor Vaillant quanto a Secretaria, porque evidentemente trabalharam muito neste documento.

Este documento tem de ser muito útil, não apenas para meu país, mas para todos. É o tipo de estudo oportuno neste momento e vai nos servir de muito apoio, aliás, este tipo de estudo não teria de acabar aqui. Há vários aspectos e, por favor, corrijam-me se eu estiver errado a respeito da precisão da apresentação, que aqui não foram levados em conta, por exemplo, os problemas não tarifários, os entraves não tarifários. Como todos sabemos os entraves tarifários são o principal problema que temos com os Estados Unidos, e isto não é tratado, assim foi que entendi o estudo, e acho que seria necessário aprofundar a análise nessa área, a das restrições não-tarifárias.

Focalizado na Venezuela, pude observar que lamentavelmente nossas exportações de petróleo distorcem totalmente nosso sentido de exportações e aparecemos ali como com menores possibilidades em uma negociação perante os Estados Unidos e o Canadá, e isto ocorre, sem dúvida, porque foi feito com valores relativos, e o valor relativo do petróleo na Venezuela é extraordinário, tanto que distorce totalmente, e como podem ver ali, a Venezuela é quem menos produtos tem, e quem mais vai aproveitar de forma percentual as exportações é a Venezuela, e isto é devido ao petróleo.

A respeito disto, tem outras características, e embora eu não queira entrar nesses detalhes, considero que na Venezuela teríamos de ver mais detalhes para ver em nossas exportações não tradicionais, onde seria necessário aumentar o estudo.

Repito que dou parabéns à Secretaria e ao Professor Vaillant por este magnífico trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Arcaya. Tem a palavra a Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Eu também queria parabenizar o expositor, Doutor Vaillant, pela apresentação deste trabalho, que analisa com grande profundidade os três elementos que ele descreveu em sua apresentação. É necessário que nossos países, nossos técnicos, aprofundem nos quadros e nas listas de produtos para ver qual é a realidade de cada produto, tanto no mercado do Canadá quanto no dos Estados Unidos. É um trabalho muito importante.

Por isto, em segundo lugar, quero dizer, como já dissemos em diferentes oportunidades, que o novo papel da Associação neste tipo de trabalhos, de apoio às negociações, apoio técnico, é um dos pontos a aprofundar na ação da Associação. Ou seja, acreditamos que é muito importante porque, como já dissemos, devido à falta de funcionários, à escassez de recursos financeiros para acompanhar todo este tipo de negociações, este acompanhamento, esta complementação da Secretaria-Geral, via consultores ou via funcionários da Secretaria, é muito benéfica para nossos países.

Quero dizer, finalmente, que na reunião que houve neste ano do seminário – oficina da ALCA, os representantes do Governo expressaram que nossos países tinham especial interesse neste estudo e que tentariam vê-lo em alguma reunião

preparatória, prévia a alguma das reuniões da ALCA; ou seja que é importante que isso aconteça e que possamos seguir acompanhando as negociações, produzindo estudos com um sentido direcional que será dado pelos Governos, que nós também não nos embarquemos em múltiplos estudos que não sejam de interesse dos Governos. É muito importante que as negociações que estão dentro do assunto nos digam em qual direção temos de ir para não desaproveitar os esforços. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. O Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Julio Prado Espinosa). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Assim como todas as outras Missões, quero parabenizar o Consultor Marcel Vaillant por este excelente trabalho, também a Secretaria-Geral. Acho que é muito importante que o trabalho não fique limitado a esta exposição, à publicação do documento, mas que, como muito bem disse o Senhor Embaixador do Brasil, seja publicado e, quanto a nós, embora já tenhamos informado nossas autoridades a respeito dele, vamos difundi-lo em todos os meios empresariais, que são quem melhor pode aproveitá-lo.

Além do mais, nós acreditamos documentos como estes são os que a Representação do Equador espera. Por isto queremos realmente dar parabéns por este trabalho.

Eu também queria trazer à tona, o Senhor Embaixador da Argentina já tinha se referido a isto, que os representantes governamentais que se reuniram aqui, justamente pediam um documento como este e tem ainda mais valor, porque vem em um momento muito oportuno, e embora este documento terá de ser analisado pelos especialistas de nossos países, devido à quantidade de quadros e outros elementos, a exposição e a estrutura do documento é muito clara e o parabenizamos por isto. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do Paraguai, Embaixador Casal.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Como as outras Representações, parabenizamos a Secretaria e nos congratulamos com o coordenador pelo rigor científico deste trabalho.

Já que neste ano no Programa de Atividades de Países de Menor Desenvolvimento temos dois programas básicos, um, o comércio eletrônico e o outro, o impacto que pode ter a negociação do Paraguai na ALCA, gostaríamos, Presidente, de contar com o apoio da Secretaria para a difusão que já estamos fazendo deste documento, tanto no setor público quanto no privado de nosso país. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da Colômbia (Guillermo Serna Meléndez). Sim, Senhor Presidente. Para parabenizar o doutor Vaillant, e também a Secretaria-Geral por este estudo, que consideramos muito interessante.

Obviamente já está em mãos de nossas autoridades, e sua análise também recebeu parabéns, tanto que até existe um pedido formal para ter a participação da ALADI em apoio ao Governo da Colômbia para aprofundar este assunto específico. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Obrigado, Embaixador. Para agradecer o doutor Marcel Vaillant pela apresentação deste estudo e, por outro lado para pedir que sua distribuição, impressa ou eletrônica (site) seja feita da mesma forma como foi apresentado hoje, com a nota de pé de página que está marcada. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México.

Antes de dar a palavra à Secretaria-Geral, permitam-me me unir, em nome da Representação do Uruguai, aos agradecimentos à Secretaria, ao Doutor Vaillant por ter dirigido e feito este estudo e às pessoas que com ele colaboraram, entre as quais com certeza estão incluídos os técnicos da Secretaria da ALADI.

Este documento será distribuído entre nossos setores privado e público. Achamos que é um instrumento muito útil para nossas negociações na ALCA.

Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos tentar responder algumas perguntas que nos foram feitas, com relação a diversos aspectos, incluindo os metodológicos do trabalho.

Primeiro, o documento já está no site da ALADI, já aparece como Estudo 139. No que se refere à difusão, como eu já disse em minha fala inicial, pedimos ao Doutor Vaillant que colabore na elaboração de separatas por países. A intenção disto é, obviamente, dirigirmo-nos diretamente ao mercado interessado por meio da difusão, e isto vai ser uma grande ajuda, não apenas para os setores empresariais, que obviamente têm maior pressa para conhecer sobre este assunto, e não apenas a pressa, mas também a necessidade de contar com uma redação muito mais acessível, da do próprio documento.

Segundo, Embaixador do Brasil, quanto a seu pedido, já foi providenciado. Para começar, logo no começo demos instruções para que o resumo e as conclusões fossem publicados em português, e vamos traduzir do trabalho tudo o que seja possível, vamos fazer todo o esforço necessário, mas, como os senhores já sabem, nosso serviço de tradução tem um número limitado de pessoas; então, vamos devagar, mas já foi providenciado, e não apenas o resumo e as conclusões, que ficarão prontos logo, se não estiverem já no site em língua portuguesa. Saiba que a separata que vamos elaborar para o Brasil vai ser publicada em português.

Terceiro, gostaria de colocar que, com relação à consulta feita pelo Representante Alternativo de Cuba, este trabalho foi desenvolvido, como explicamos no primeiro parágrafo do documento, justamente para os países que estão envolvidos na negociação. Obviamente discutimos muito sobre Cuba, logicamente, Cuba é mais um membro da Associação e nós temos de lhe dar esse tratamento; porém, como pode se ver no decorrer trabalho, nos diferentes capítulos trabalhamos com cifras que

abrangem, em algum caso do ano 80 ao 89, complementado com cifras do ano 90 até o ano 97; em alguns casos as cifras correspondem ao triênio 97 – 2000, principalmente quando chegamos aos produtos, o que obriga a dispor da informação dentro de nossos indícios de estatística.

Nós vimos, efetivamente, como se dizia, que existe um comércio importante de Cuba com o Canadá, mas na Secretaria-Geral somente está disponível a informação do ano 99, o que não nos permite fazer nenhum tipo de avaliação sobre qualquer impacto que pudesse ter uma abertura de comércio.

Fora isso, essa informação está expressada em seis dígitos do sistema harmonizado, o que dificulta a incorporação desses seis dígitos na nossa base de dados. É verdade que trabalhamos com seis dígitos em todo o trabalho, mas dentro dos seis dígitos adicionamos cifras e trabalhamos na base de um sistema estabelecido com oito dígitos do sistema harmonizado. Não podemos incorporar cifras de unicamente seis dígitos, porque nos geraria uma distorção muito grande no sistema, e como apenas existe um ano de informação disponível, o tipo de análise que nós poderíamos fazer seria totalmente falto de validade, e nem poderíamos fazer uma análise porque não poderíamos medir o impacto que teria mais que sobre um ano, que é uma parte de um triênio, de uma seção do trabalho. Neste caso seria necessário dispor de maior número de anos, de séries históricas, para poder fazer um trabalho similar com o caso de Cuba.

Eu quero esclarecer muito bem, quero ser muito firme neste sentido: em nenhum dos casos a Secretaria-Geral quer discriminar nenhum dos países-membros. Ainda em várias ocasiões, quando eu tive de participar em seminários relacionados e não apenas em seminários, mas também em outras atuações públicas que tive, sempre disse, e é nossa política na Secretaria-Geral, que promovemos um processo de integração sem exclusões. De forma alguma procuramos nem promovemos nenhum tipo de discriminação para com nenhum país-membro.

Adicionalmente, se neste caso tivemos que enfrentar nossa discriminação, quero dizer que foi exclusivamente por razões técnicas do uso da metodologia de trabalho estabelecida, mas repito que para a Secretaria-Geral, como reflexo da decisão política que foi adotada nesta mesma sala, em novembro de 1998, e que se concretizou no mês de agosto de 1999, a Secretaria-Geral promove, dentro de suas faculdades, e acompanha as ações dos países-membros da Associação na promoção de um processo de integração sem nenhum tipo de exclusão. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral. Tem a palavra a Representação de Cuba, Ministro Ortega.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Presidente. Eu quero agradecer ao Secretário-Geral a ampla resposta que nos deu, mas eu acho que a dúvida foi expressada claramente e até fiz certas possíveis justificações do fato de Cuba não estar, mas em nenhum momento foi intuito desta Representação, nem pensar, nem dizer que houvesse algum tipo de discriminação para com Cuba, e é claro que sabemos que é assim e garantimos que continuará a ser assim no resto dos anos que exista a Associação e que Cuba forme parte dela.

Eu falei sobre as dificuldades da informação que entregamos à ALADI, com as características que requer a base de dados da ALADI; vejo também que foram

usadas duas fontes, uma principalmente a ALADI e a outra, Feenstra, explicaram-me que esse nome se refere a um senhor norte-americano, mas fiz a pergunta, querendo saber se tinha alguma explicação metodológica, porque os dados que estão aqui, em três e seis dígitos, talvez não podiam ser resolvidos na base da ALADI, mas outras fontes podiam ter sido consultadas, onde há bases históricas, séries históricas de dados de comércio exterior de Cuba, a CEPAL tem, Cuba tem, porque Cuba publica um anuário estatístico. Acontece que esse anuário estatístico não abrange os requerimentos da base de dados da ALADI e é por isso que não foi entregue nesse formato. Foi feito um esforço importante, foi entregue no mês de junho, na reunião de responsáveis pelo fornecimento de informação; lamentavelmente, foi em seis dígitos e não funcionou.

Eu sei que não há nenhum tipo de exclusão nesta Associação e também quero ser muito claro, porque não é a primeira vez que o escudo, o artigo do Tratado de Montevideu 1980 que trata dos princípios da ALADI não foi escrito pensando em que Cuba ia se incorporar à Associação no ano 99, mas respondendo a um contexto histórico no qual foi assinado o Tratado. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado também à Representação de Cuba.

Acho que com estes últimos comentários damos por encerrada a consideração deste ponto, agradecendo mais uma vez ao Doutor Vaillant e à equipe da Secretaria da ALADI.

7. Designação do Coordenador do Grupo de Trabalho de Seguimento do Programa de Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo.

O seguinte ponto da ordem do dia corresponde à designação do Coordenador do Grupo de Trabalho de Seguimento do Programa de Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo.

Lembro-me que em reunião de Chefes de Representação, o Representante do Equador tinha proposto o Senhor Embaixador Héctor Casanueva como Coordenador deste grupo de trabalho e era a intenção formalizar essa proposta na reunião de hoje. A Representação da Bolívia pede a palavra, Embaixador Vargas.

Representação de BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Presidente, com caráter prévio, se o senhor me desculpar, fiquei muito impressionado com o tratamento do assunto anterior, com a observação legítima que fez a Representação de Cuba e que, apreciado de um ponto de vista perfeitamente político, preocupa a minha Representação.

Acho que realmente seria um erro nosso, na compreensão do contexto histórico no qual estamos, porque as circunstâncias sempre evoluem e temos a esperança de que isto acabe finalmente em um encontro para salvar dificuldades e que no processo de integração Cuba se incorpore plenamente a todo o foro latino-americano. Seu relacionamento com o mundo e os Estados Unidos deveria nos fazer refletir sobre a necessidade de algo. Eu encontro uma justificação absoluta do ponto de vista técnico, e apoio a posição da Secretaria-Geral e compreendo as dificuldades que possam ter.

Sem dúvida, eu acho que é um raciocínio muito lógico, mas nada impede que na apresentação que se faz na segunda página se possa pôr um texto adequado que dê no mínimo uma explicação para que, quem conhecer este documento, que vai ser tão difundido em português e em espanhol, não se encontre com a novidade de que em

um documento propiciado, auspiciado e que vai ter uma vigência durante vários anos, não esteja a análise da presença de um país, e que no futuro, não será apenas de um ano, mas a informação de anos sucessivos, porque este estudo deveria ser progressivamente atualizado pelo menos até as negociações concluírem no ano 2005.

Portanto, estou fazendo uma proposta formal, Presidente, para que na apresentação deste documento, antes de que seja distribuído, seja incorporada uma explicação adequada, que resolva esta situação de observação e plenamente, definitivamente, responda a um contexto político no qual Cuba está presente, e em certa forma, expresse a preocupação de por que está também ausente nisto. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Vargas.

Acho bastante possível que a Secretaria adicione na nota de apresentação um parágrafo no qual faça especialmente alusão às dificuldades metodológicas que o Secretário-Geral colocou em sua exposição. Então, é o sentimento da Sala no que se refere a sua proposta, pediremos à Secretaria-Geral que faça o favor de proceder desta forma.

Voltamos, então, à consideração do assunto número 6, designação do Coordenador do Grupo de Trabalho de Seguimento do Programa de Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Sim, Senhor Presidente.

Unicamente para ratificar o critério existente nos países de menor desenvolvimento relativo de designar como Coordenador do grupo ao Embaixador Héctor Casanueva. Já estivemos trabalhando com ele e repito que estamos totalmente satisfeitos e queremos ratificar neste momento essa designação.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Bolívia, Embaixador Vargas.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacafior). Para apoiar a proposta do Embaixador do Equador e expressar o apoio para que o Chile se encarregue desta coordenação.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do Paraguai, Embaixador Casal.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Na mesma direção que a Representação do Equador e da Bolívia, para apoiar esta proposta de que o Chile seja o Coordenador e, ao mesmo tempo, agradecer ao Uruguai e ao México que fizeram um trabalho muito eficiente nos dois anos anteriores. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Entendo que existe unanimidade na decisão do Comitê de Representantes quanto à designação do Embaixador Héctor Casanueva como Coordenador deste

grupo de trabalho. A Representação do Chile me pede a palavra, Embaixador Casanueva.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Primeiro, gostaria de agradecer aos Senhores Embaixadores do Equador e do Paraguai pela proposta realizada ao Comitê e ao mesmo tempo agradecer ao Comitê que tenha aceito por unanimidade esta proposta de que seja este Embaixador e esta Representação quem coopere e assumam a Coordenação do Grupo de Trabalho de Seguimento das Atividades em Favor dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo.

Senhor Presidente, eu agradeço isto, aceito a designação e a decisão do Comitê de Representantes; gostaria de informar que eu transferi esta proposta a nossa Chancelaria e a minhas autoridades. Nós, Senhor Presidente e senhores membros do Comitê, assim como o fizeram a Representação do Uruguai e a Representação do México quando foi sua vez, vamos levar muito a sério esta encomenda. Tentaremos estar à altura do trabalho que desenvolveram ambas as Representações.

Não posso deixar de dizer, Senhor Presidente, que de nosso ponto de vista este assunto dos países de menor desenvolvimento relativo, que como todos sabemos inicia, mesmo no parágrafo 1 do preâmbulo do Tratado de Montevidéu 1980, quando coloca como um dos assuntos fundamentais o da solidariedade entre os países-membros. Também o Artigo Primeiro do Tratado – e não é coincidência que este primeiro artigo do Tratado o coloque – trata sobre promover o desenvolvimento econômico e social harmônico e equilibrado entre os países da região.

Depois, o Tratado, conseqüentemente, vai desenvolvendo estes princípios. Trata da cooperação comunitária no caso do Capítulo Terceiro, que é o capítulo especificamente dedicado aos países de menor desenvolvimento relativo. No Artigo 15 deste capítulo trata da introdução de modalidades específicas de cooperação e, depois, se for examinado, tem sucessivas Resoluções do Conselho de Ministros, que reafirmam o propósito de cumprir com o espírito e a letra do Tratado nesta matéria.

Para nós todos, eu acho que é a essência da integração e também a essência da paz, como estamos vendo nestes dias, corrigir os desequilíbrios produzidos entre níveis de desenvolvimento, no nível local, no nível nacional, no nível regional e no nível mundial. E, portanto, eliminar as assimetrias é um processo longo e complexo, que nós temos de iniciar com decisão política porque, no fim das contas, tem a ver com a coesão econômica e social, que acho que é um ideal de todos nossos países, especialmente reafirmado agora, de cara a este processo de globalização que tem oportunidades e ameaças, como estivemos vendo.

Também gostaria de dizer, Senhor Presidente, porque isto tem que caracterizar o trabalho que vamos desenvolver, que é grato comprovar que a idéia, que às vezes parece se superpor, de que o próprio automatismo do comércio livre vai resolver o problema da coesão e das assimetrias, desde o início foi rejeitada como tese pelo próprio Tratado, porque o próprio Tratado estabelece a necessidade de uma ação afirmativa e efetiva por parte da Associação e dos países-membros para corrigir as assimetrias de entrada que existem na região que pretendemos construir como uma região integrada.

Portanto, Presidente e colegas do Comitê, eu gostaria de dizer que para nós, além de nos sentirmos honrados por poder colaborar neste grupo de trabalho, é também um motivo, uma oportunidade de contribuir para reforçar uma das pilastras fundamentais de nosso processo de integração. A integração não pode ser entendida sem uma política e um programa destinado a resolver as assimetrias e avançar em direção à coesão; portanto, vamos trabalhar com os senhores com seriedade, com entusiasmo e com ponderação, uma entusiasta ponderação, diria eu, e um ponderado entusiasmo.

E vamos tentar contribuir com este objetivo no âmbito do Tratado e no espírito fundacional desta Associação. Naturalmente, Presidente, é importante também reafirmar que nesta tarefa são os próprios países nesta condição os que têm que fixar as metas, as ênfases e as medidas que devem ser tomadas no grupo de trabalho para ser propostas ao Comitê de Representantes. Portanto minha participação vai responder exclusivamente a esses parâmetros. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Casanueva, primeiro, por aceitar esta designação e, segundo, por comentar conosco o ponto de vista desde o qual o senhor vai dirigir os trabalhos deste grupo. Muito obrigado, mais uma vez.

8. Criação do Grupo de Trabalho sobre o Acordo Cultural (AR.CEYC/7) (ALADI/CR/PR 189).

Teríamos de passar à consideração do seguinte ponto da ordem do dia, criação do Grupo de Trabalho sobre o Acordo Cultural.

A Presidência, em consulta com a Secretaria, vai fazer uma proposta aos Senhores Representantes, que é a de tratar este ponto em uma próxima reunião, para fazer uma revisão deste projeto de resolução e acertá-lo para que concorde mais com a Resolução 262 do Comitê de Representantes; por conseguinte, com a aceitação das Representações, este assunto voltará na próxima reunião do Comitê de Representantes.

9. Assuntos Diversos

Entraríamos então, no último ponto da ordem do dia. Nessa matéria, o Senhor Presidente da Comissão de Orçamento nos distribuiu o documento ALADI/CR/dt 175, com seu relatório ao Comitê de Representantes. Dou a palavra ao Embaixador Rodrigo Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado, Presidente.

Muito breve. Basicamente são dois os pontos que vou tratar. Primeiro, submeter à consideração do Comitê um projeto de acordo de transferência de crédito orçamentário que está em anexo; é o documento ALADI/CR/PA 93, Projeto de Acordo, Transferência de Crédito Orçamentário, para financiar um estudo, cujos termos de referencia no “Impacto da ALCA no setor agrícola” já tinham sido acordados; os termos de referência devem ser aprovados e foram analisados os recursos necessários para realizar este estudo, que não estava incluído nas atividades deste ano, e acordamos apresentar este projeto de acordo.

Antes, temos que esclarecer que originalmente tinha se pensado usar os recursos da atividade referida, V.32 e V.33, os recursos não utilizados, que totalizaram um montante de US\$ 30.000, mas ao fazer a análise do custo deste

estudo, de acordo com o tempo e o número de consultores requeridos, totaliza US\$ 50.000; portanto, foi necessário recorrer a outras atividades livres do orçamento, como as detalhadas na resolução, a saber, as Atividades III.13, V.10, V.13 e I.3, para totalizar os US\$ 50.000, necessários para realizar este estudo com os consultores, e o tempo requerido. De tal forma que vamos submeter a consideração o primeiro ponto, a Transferência do Crédito Orçamentário.

O segundo aspecto que analisamos na Comissão foram todos os relatórios periódicos que ela faz, e vários documentos foram aprovados, todos eles relativos à execução do gasto orçamentário, os reflexos da situação financeira da Associação e dos trabalhos feitos para a restauração da sede. É tudo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Arcaya. Tem a palavra o Peru, Embaixador Higuera.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Presidente. Minha Representação quer expressar ao Presidente da Comissão de Orçamento, o Embaixador Arcaya, sua satisfação pelo relatório apresentado, pelo trabalho por ele feito; acho que seu conteúdo reflete realmente o que ocorreu na reunião de 10 de outubro.

Referente a este assunto, queria expressar que houve um grande debate dentro desta Comissão acerca deste estudo, "O impacto da ALCA no setor agropecuário dos países-membros da ALADI". As explicações dadas naquela oportunidade, tanto pelo Presidente quanto pela Secretaria-Geral, acerca de como este trabalho ia ser financiado, que não iam ser usados fundos de nenhum outro estudo, mas que eram simplesmente trabalhos que não seriam feitos e, portanto, esses fundos ficariam livres, satisfizeram a nosso Representante.

Então, apoiamos plenamente a realização deste trabalho, lembrando que achamos muito razoável o montante de U\$ 50.000. Existiram outros estudos dentro da ALADI que acho que excederam os U\$ 100.000 ou 200.000, em alguns dos casos, no transporte, e em outras áreas; e para o impacto da ALCA no setor agropecuário, em meu caso sei muito pouco a respeito desse impacto, seria muito importante que se fizesse esse trabalho. Obrigado, Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Higuera. Tem a palavra o Paraguai, Embaixador Casal.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Para apoiar este projeto de acordo de transferência de fundos. Não é necessário falar da importância deste estudo nem da de algumas outras propostas que devemos ter para um seguimento em outras áreas, outros setores, também para o próximo ano, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Nenhuma Representação pede o uso da palavra.

O Presidente da Comissão de Orçamento nos fez uma proposta, um projeto de acordo sobre "Transferência de Créditos Orçamentários", que foi distribuído no documento ALADI/CR/PA 93. Houve manifestações explícitas de apoio e entendo que o documento e a proposta de transferência de créditos orçamentários contam com o consenso do Comitê de Representantes. Fica, então, aprovado e será registrado com o número 242.

“ACORDO 242

TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O Tratado de Montevideu 1980, Artigo 38, letra m), e o Artigo 16 da Resolução 261 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO As recomendações contidas no relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação (ALADI/SEC/dt 171) e as decisões adotadas pelo Comitê em sua 777ª Sessão Ordinária sobre a conveniência de elaborar um estudo sobre “O impacto da ALCA no setor agropecuário dos países-membros da ALADI”; e

A necessidade de reforçar a parcela orçamentária do Item 2.3 – “Consultores e Pessoal Transitório, Técnico e de Apoio” a fim de elaborar o estudo de referência,

ACORDA:

PRIMEIRO. Autorizar a Secretaria-Geral a transferir para o subitem 2.3 – “Consultores e Pessoal Transitório, Técnico e de Apoio” a quantia de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares americanos) para o financiamento do referido estudo, cujos termos de referência constam no Documento ALADI/CR/dt 172.

SEGUNDO. Essa quantia será financiada com as alocações orçamentárias dos Itens 2.7 – “Participação de Peritos Governamentais em Reuniões” e 2.8 - “Atividades por Programar (I -3)”, nos seguintes montantes:

- Item 2.7 – Participação de Peritos Governamentais em reuniões:

Atividade III.13 - US\$ 2.550,00

Atividade V.10 - US\$ 5.750,00

Atividade V.13 - US\$ 8.200,00

Atividade V.32 - US\$ 15.000,00

Atividade V.33 - US\$ 15.000,00

US\$ 46.500,00

- Item 2.8 – Atividades por Programar (I-3):

Atividade I.3 – US\$ 3.500,00”

Não sei se o Embaixador Arcaya gostaria de fazer alguma outra referência ou podemos dar por concluída a consideração deste ponto.

A Secretaria-Geral me pede a palavra para fazer alguns pequenos anúncios. Tem a palavra o Secretário-Geral, Embaixador Rojas.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Primeiro, gostaria de informar que nos próximos dias 23 e 24 haverá aqui, na sede, uma reunião com os novos membros do Tribunal Administrativo, cumprindo com o que foi pautado na Resolução 150 do Comitê de Representantes.

Os três membros do Tribunal procederão a sua constituição como o novo Tribunal Administrativo da Associação e, entre outras atividades, revistarão alguns documentos de trabalho, dos quais já os informamos, para definir uma proposta que proximamente vamos apresentar ao Comitê de Representantes, com o propósito de adequar a Resolução 150, com base na experiência que já vivemos com o funcionamento do Tribunal Administrativo.

Quero que fique registrado que esta proposta focaliza exclusivamente aspectos de caráter processual e não tenta modificar a base da própria resolução. Simplesmente se refere, repito, a aspectos de caráter processual e de distribuição de custos, quanto à integração do tribunal pelas diferentes causas que poderiam se apresentar no futuro.

Quero informar ainda, Senhor Presidente, que por convite do Governo do Brasil, vou participar na semana próxima em Washington de um seminário denominado: "O Brasil e a integração da América do Sul", onde teremos de fazer uma exposição ampla sobre o comércio intra-regional. Viajaremos para lá na próxima segunda-feira, à tarde, se Deus quiser.

Finalmente, Senhor Presidente, queria informar que, dentro das tarefas de difusão que estamos fazendo na Secretaria, estamos publicando quatro fascículos ou cadernos, como se denomina a série. Estes cadernos se referem ao regime de origem, aos procedimentos alfandegários, às cláusulas de salvaguarda e às medidas de práticas desleais de comércio. Cada um destes cadernos tem a intenção de explicar em que consiste cada um destes instrumentos e as ações que os operadores econômicos devem empreender para que em cada um dos países-membros possam ter acesso aos potenciais benefícios ou aos requerimentos exigidos pelas práticas de comércio internacional, com a intenção de ilustrar os leitores sobre essas matérias.

Quero dizer, além do mais, antes que me perguntem, que já tomamos as previsões para fazer as publicações na língua portuguesa. Nesse sentido, nós esperamos em mais um mês pôr à disposição estas quatro publicações, que são muito simples, escritas em uma linguagem muito clara e que têm unicamente a intenção de ilustrar o leitor sobre estes quatro instrumentos de política comercial, além de estarem sendo muito usados por todos os operadores econômicos e, em geral, por todos os funcionários governamentais nas diferentes ações de comércio internacional nas quais estão envolvidos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Pede a palavra a Representação de Peru, Embaixador Higuera.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado.

Escutamos com toda atenção, como sempre, o que nos diz o Secretário-Geral acerca desta proposta de procedimento que vai nos apresentar.

Com certeza, o português é um dos idiomas da Associação, mas temos que pensar que possamos fazer algumas coisas em inglês, quando não sejam muito extensas, porque grande parte do Caribe fala inglês, e seria bom também difundir algumas coisas da Associação em inglês quando não seja muito caro, porque vale a pena que outras regiões conheçam o trabalho que nós fazemos e talvez possamos encorajá-los para integrarem a Associação. Neste caso teria de ser falando em inglês.

Acerca do Tribunal Administrativo, Presidente, eu gostaria de lhe perguntar, porque não tenho conhecimento neste momento, quem são seus integrantes. Acho que foram renovados, são novos e também qual a frequência de suas reuniões, se são convocados especialmente ou são reuniões regulares. Fora isto, desejamos uma boa viagem ao Secretário-Geral a Washington.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Higuera. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Presidente. Agradeço muito seus bons votos, Senhor Embaixador.

Referente à reunião do Tribunal Administrativo, efetivamente, a Resolução 150 prevê que, independentemente da existência ou não de casos a considerar, seja feita uma reunião anual deste Tribunal. Também é necessário lembrar que os novos membros do Tribunal já foram designados, de acordo com o procedimento correspondente, faz já um tempo. Mas, por razões de disponibilidade de tempo, por parte dos novos membros do Tribunal, não tinha sido possível coordenar uma data para fazer essa reunião.

No caso atual, os membros do Tribunal Administrativo são de nacionalidade boliviana, brasileira e colombiana, e são as três pessoas que estarão conosco na próxima semana e que vão fazer as tarefas que eu já lhes mencionei. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Desta forma completamos a ordem do dia desta sessão do Comitê de Representantes. Muito obrigado.
